



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 605/2026

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

Decreto-Lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre o serviço de loterias e dá outras providências.

Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organiza o Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei Federal nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Lei Federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (Marco Civil da Internet).

Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

Lei Federal nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.675, de 11 de junho de 2018; e revoga dispositivos de outras normas.

Lei Federal nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

Lei Federal nº 14.181, de 1º de julho de 2021, que altera o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Idoso para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e instituir medidas de prevenção e tratamento do superendividamento.

Lei Federal nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências.

Portaria Interministerial MF/MS/MESP/SECOM nº 37, de 6 de dezembro de 2024, que institui o Grupo de Trabalho Interministerial de Saúde Mental e de Prevenção e Redução de Danos do Jogo Problemático, com a finalidade de formular e planejar ações de prevenção, redução de danos e assistência a pessoas e grupos sociais em situação de comportamento de jogo problemático persistente e recorrente ou vulneráveis ao problema, no contexto da exploração comercial das apostas de quota fixa de que tratam as Leis nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

Constituição do Estado de São Paulo, de 5 de outubro de 1989.

Lei Complementar Estadual nº 791, de 9 de março de 1995, que estabelece o Código de Saúde do Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 12.060, de 26 de setembro de 2005, que dispõe sobre a substituição por ações de saúde mental do procedimento de internação hospitalar psiquiátrica no Sistema Único de Saúde do Estado de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Decreto Estadual nº 54.715, de 13 de agosto de 2009, que regulamenta a Lei Estadual nº 12.060, de 26 de setembro de 2005.

Lei Estadual nº 17.938, de 23 de maio de 2024, que institui a Campanha de Conscientização sobre os Riscos das Apostas e dos Jogos de Azar, visando ao enfrentamento da ludopatia no Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 18.186, de 22 de agosto de 2025, que institui o “Programa Estadual de Conscientização e Tratamento aos Malefícios dos Jogos de Apostas Online e Cassinos Físicos” no Estado de São Paulo, com o objetivo de prevenir a dependência e os impactos negativos associados à prática de jogos de azar e estabelecer medidas de encaminhamento para tratamento.

Lei Municipal nº 10.205, de 4 de dezembro de 1986, que disciplina a expedição de licença de funcionamento e estabelece, entre outras disposições, regras relativas a estabelecimentos que permitam a prática, facilitação ou apologia de jogos de azar.

Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 4 de abril de 1990.

Lei Municipal nº 13.271, de 4 de janeiro de 2002, que reorganiza a Secretaria Municipal da Saúde e disciplina a organização do Sistema Único de Saúde no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.284, de 9 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o exercício da fiscalização dos órgãos públicos municipais por entidades da sociedade civil e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.381, de 25 de junho de 2002, que dispõe sobre a publicidade dos contratos firmados pelo Poder Público Municipal na rede de computadores Internet.

Lei Municipal nº 13.537, de 19 de março de 2003, que acrescenta § 3º ao artigo 6º da Lei nº 10.205, de 4 de dezembro de 1986, com a redação conferida pela Lei nº 11.785, de 26 de maio de 1995.

Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 14.469, de 5 de julho de 2007, que dispõe sobre a divulgação pela Internet de todos os convênios e instrumentos congêneres, com repasse de recursos públicos, firmados com entidades credenciadas, conveniadas ou parceiras, e dá outras providências.

Resolução SMS/CMS nº 6, de 12 de junho de 2013, que amplia a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS III) no Município de São Paulo, destinados ao atendimento de pessoas com transtornos mentais e dependência de álcool e outras drogas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Nota Técnica SMS nº 1, de 23 de junho de 2022, que dispõe sobre orientações e fluxos relativos ao cuidado, acolhimento, internações voluntárias, involuntárias e compulsórias em saúde mental e uso nocivo de álcool e outras drogas.

Decreto Municipal nº 63.135, de 24 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, dispondo sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 18.172, de 25 de julho de 2024, que dispõe sobre a criação do serviço público de loteria no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 476/2026 – Institui o Programa Municipal de Identificação, Acolhimento e Tratamento da Ludopatia no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 381/2026 – Institui a Semana Municipal de Conscientização sobre os Riscos das Apostas Eletrônicas (Bets), e dá outras providências.

PL nº 380/2026 – Estabelece diretrizes de conscientização sobre os riscos associados às apostas eletrônicas (Bets) no âmbito do Município e dá outras providências.

PL nº 224/2026 – Institui o Programa Municipal de Proteção Digital de Crianças e Adolescentes e dá outras providências.

PL nº 1.069/2025 – Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Fiscalização e Prevenção aos Danos Causados por Casas de Apostas Online e estabelece medidas de restrição de acesso a menores de idade no âmbito do Município de São Paulo.

PL nº 902/2025 – Veda a divulgação ou a exibição de propagandas de casas ou aplicativos de apostas (bets) em equipamentos públicos municipais.

PL nº 636/2025 – Institui na cidade de São Paulo a Semana de Combate ao Vício em Apostas Esportivas e Jogos de Azar, a ser realizada na segunda semana do mês de janeiro.

PL nº 576/2025 – Dispõe sobre a criação do Programa de Conscientização e Prevenção aos Riscos dos Jogos de Apostas Online nas Escolas.

PL nº 575/2025 – Dispõe sobre a criação do Programa de Conscientização e Prevenção aos Riscos dos Jogos de Apostas Online para Idosos.

PL nº 564/2025 – Dispõe sobre a proibição de propaganda de apostas (Bets) e de bebidas alcoólicas em equipamentos destinados à prática esportiva, cultural e de lazer por crianças e adolescentes, bem como no entorno de estabelecimentos educacionais e em abrigos de pontos de ônibus, estações de embarque e desembarque, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL nº 560/2025 – Dispõe sobre a proibição de publicidade de empresas de apostas esportivas e jogos de azar online em eventos esportivos no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 553/2025 – Dispõe sobre a proibição da veiculação de publicidade de apostas esportivas e de jogos online em espaços públicos e promove campanhas educativas de conscientização sobre os riscos e dá outras providências.

PL nº 114/2025 – Estabelece vedações às parcerias firmadas pela Prefeitura Municipal que envolvam a participação de agentes operadores de apostas e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 18 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068